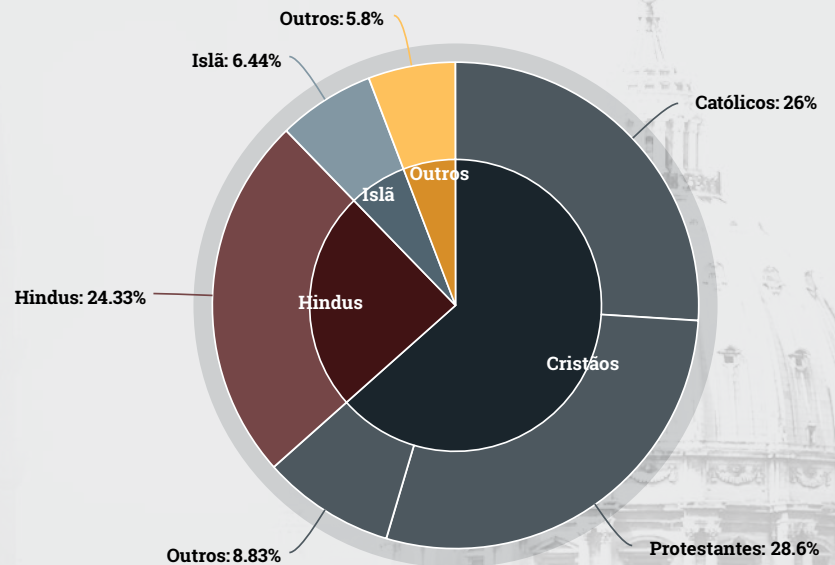


Trinidad e Tobago



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A Constituição proíbe a discriminação por motivos religiosos e consagra a liberdade de consciência e de crença religiosa como liberdades fundamentais (artigo 4º, h).^[1]

A lei proíbe atos que promovam a hostilidade contra qualquer grupo, incluindo os grupos religiosos. Qualquer pessoa que se envolva em discursos de ódio contra outros por motivos religiosos pode ser multada.

Os grupos religiosos são registrados pelo Governo. Devem mostrar que têm estado ativos no último ano e registrar-se como instituições de caridade, o que lhes permite, entre outras coisas, beneficiar de reduções fiscais, receber donativos e realizar casamentos civis. Os missionários pertencentes a grupos religiosos estão autorizados a entrar no país.

A educação religiosa é permitida nas escolas públicas e privadas, com um horário estabelecido para qualquer grupo religioso se os pais o solicitarem. A frequência destas aulas é opcional. A discriminação por motivos religiosos é proibida em termos da admissão dos alunos ou da presença na escola.

[1] http://www.thearda.com/internationalData/countries/Country_224_6.asp (acessado em 7 de Março de 2016)

O Governo apoia financeiramente as atividades da Organização Inter-Religiosa (IRO), que representa a maior parte dos grupos religiosos. Há também financiamento direto a organizações religiosas, principalmente a Igrejas cristãs. As escolas públicas e as escolas religiosas públicas recebem subsídios estatais.

Os representantes do Governo participam regularmente nas cerimônias religiosas e nos festivais das várias religiões.^[2]

INCIDENTES

Em janeiro de 2015, o primeiro-ministro participou num fórum organizado pelos Adventistas do Sétimo Dia, reconhecendo a importância das organizações religiosas e garantindo o respeito e o apoio a estas organizações.^[3]

Em fevereiro de 2016, Njemile Webb, uma mulher muçulmana, acusou a Wonderful World, uma cadeia de venda de roupa interior e acessórios, de se recusar a contratá-la por ela ser muçulmana e por usar um hijab. A empresa negou firmemente a acusação.^[4]

[2] <http://www.state.gov/documents/organization/238788.pdf> (acessado em 7 de Março de 2016)

[3] <http://www.news.gov.tt/content/prime-ministers-address-sda-rally#.Vujn1n3hBCA> (acessado em 7 de Março de 2016)

[4] <http://www.guardian.co.tt/news/2016-02-27/wonderful-world-finalising-probe-hijab-case> (acessado em 7 de Março de 2016)

Em março de 2016, uma professora no Colégio de Naparima foi envolvida numa controvérsia por causa de uma gravação em que é ouvida falando com seus alunos e apelando a que disparem sobre ateus e homossexuais. Autoridades estão investigando o caso.^[5]

Dados os antecedentes étnicos do país e a herança africana, a Igreja Católica tem um impacto relativo na população, mas pode exercer as suas atividades com relativa tranquilidade.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

O sistema legal de Trinidad e Tobago é favorável à religião, considerando-a como algo necessário e positivo. As autoridades estão abertas às diferentes religiões e participam em celebrações. Contudo, a comunicação social internacional referiu algum favoritismo no apoio dado pelo governo a algumas religiões sobre outras.^[6]

Em relação ao período em consideração, houve alguns casos de intolerância por parte de alguns indivíduos. Em comparação com o relatório de 2014, a liberdade religiosa foi bastante ameaçada e sofreu com isso.

[5] <http://www.trinidadexpress.com/20160315/news/naps-8216gay-rant8217-teacher-still-at-school> (acessado em 15 de Março de 2016)

[6] http://www.thearda.com/internationalData/countries/Country_224_3.asp (acessado em 7 de Março de 2016)